



ANDRÉ VERÍSSIMO
Diretor do Jornal de
Negócios

ADVOCACIA PARA UM MUNDO EM ACELERADA MUDANÇA

Vivemos num tempo em que o tempo é cada vez mais veloz. A tecnologia induz mudanças a um ritmo vertiginoso, que as sociedades têm dificuldade em acompanhar. Isso é visível em todos os domínios da sociedade, da esfera mais privada à pública. Está no frenesim com que surgem novos modelos de negócio e outros são arrasados, na obsolescência de competências no mercado de trabalho e na exigência de outras, no surgimento de novas ameaças aos direitos dos cidadãos, como a violação da privacidade, e na emergência de novos deveres.

Nesta vertigem, a incapacidade de a todos levar no mesmo barco tem criado condições para a emergência de líderes populistas de cariz nacionalista que arrebanham os que se sentem excluídos. As conquistas da democracia ocidental parecem, de súbito, reversíveis. Neste caldo, as instituições responsáveis por zelar pelo Estado de direito assumem um papel de ainda maior relevância. A Justiça e os seus diferentes agentes são os guardiões finais das liberdades e direitos. Os advogados e as suas sociedades têm, naturalmente, aqui uma função central.

Temos uma Justiça independente, mas urge resolver aquilo que a enfraquece: a extrema morosidade e um acesso que está longe de ser equitativo. É preciso que a Justiça consiga levar todos no mesmo barco.

Não confundindo o seu papel com o da política, os juristas são uma peça-chave para ajudar a sociedade a navegar através dos dilemas éticos colocados pela transformação digital e por tecnologias como a inteligência artificial, contribuindo para a sua correta regulação e utilização. Ou ainda para a ajudar a lidar com ameaças como os ciberataques.

A estes fatores soma-se um mundo politicamente mais incerto. A irrupção do protecionismo, ou a instabilidade geopolítica, de que o Brexit é o exemplo mais próximo, criam uma enorme incerteza jurídica. Num mundo em acelerada mudança – política, tecnológica e social – precisamos do Direito e dos seus intérpretes como um porto seguro. É grande e pesada a responsabilidade, mas sempre o foi. A diferença é que agora exige um esforço de atualização e adaptação muito maior. Portugal precisa – e muito – desse esforço.



JOÃO MOURA
Diretor da In-Lex

TEMPO VERBAL

Com a presente edição do In-Lex, somamos 14 anos de conhecimento e de partilha de informação das sociedades de advogados em Portugal. Não sendo muito nem pouco, é um marco no panorama nacional, um caso único, que nos dá a credibilidade necessária para comentarmos e analisarmos o setor em qualquer tempo verbal: do pretérito perfeito, passando por vezes pelo imperfeito, ao presente e até mesmo no futuro. O In-Lex partilhou, partilha e vai continuar a partilhar informação precisa e objetiva do setor da advocacia organizado em regime societário, com o mesmo rigor e entusiasmo com que iniciou a sua primeira edição. E, efetivamente, esta edição, não é exceção! É mais uma prova da força do setor e da sua relevância enquanto *player* ativo da nossa economia e parceiro imprescindível do tecido empresarial – os seus principais clientes – que não prescindem dos seus serviços jurídicos em atividades estratégicas e operacionais.

Nas últimas 13 edições, divulgámos o comportamento das sociedades de advogados em diferentes cenários económicos e políticos e com conjunturas externas instáveis e imprevisíveis: de governos mais à esquerda a governos mais à direita, de planos de intervenção a crescimento económico, de um mercado imobiliário devoluto a explosivo, de um Portugal adormecido a um país de referência no Turismo, virado para o mar e acolhedor de *startups*. E o que constatámos foi o crescimento deste setor, uma maior profissionalização das sociedades, o seu empenho e resiliência e a sua capacidade inventiva e de adaptação a diferentes realidades, com o intuito de dar uma resposta à altura dos desafios que os seus clientes enfrentaram. Sociedades com uma elasticidade difícil de explicar num cálculo de engenharia, mas de grande utilidade nas empresas.

Na presente edição de 2019, a 14ª, divulgamos a informação de 135 sociedades de 18 localidades do país. Uma vez mais, as sociedades aderiram em força ao projeto, num ano em que a economia se comportou de forma positiva e que os resultados se refletiram também no volume e tipo de serviços jurídicos prestados. Contamos com um número superior de firmas com mais de cem advogados, uma barreira mítica do passado, um aumento do número médio de advogados – transversal a todos os escalões –, sociedades a disponibilizarem mais emprego a profissionais nas áreas de suporte, atentas ao investimento estrangeiro, ao investimento público, ao imobiliário e a temas de cibersegurança e proteção de dados e, principalmente, aos seus clientes – a razão do seu ser. Uma edição que é um barómetro do setor mas também da realidade económica e empresarial nacional.

Os tempos vindouros podem ser mais ou menos desafiantes para a economia portuguesa e para o setor das sociedades de advogados – com riscos vindos principalmente, mas não só, do contexto económico e político mundial –, mas os advogados portugueses têm conhecimento prático adquirido para enfrentar o futuro. Parafraseando Camus, não se pode criar experiência, é preciso passar por ela. Os advogados sabem-no bem! Os seus clientes também! E o In-Lex divulgará, uma vez mais, essa realidade.